

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Última atualização: 26 de junho de 2022

A “AYRES PEREIRA, MOUTINHO & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP RL” (doravante, “APM”) recolhe dados pessoais de pessoas singulares, tratando-os e protegendo-os em conformidade com a Lei e com boas práticas em matéria de proteção de dados.

A presente Política de Privacidade explica como a sociedade trata os dados pessoais que recolhe, esperando trazer uma confiança acrescida dos seus clientes e do público em geral na sua atividade.

Noção de dados pessoais

1. Dados pessoais são informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável (o titular dos dados);
2. Uma pessoa singular identificável é aquela que, embora não sendo identificada, possa vir a ser identificada, direta ou indiretamente, através da sua ligação a determinados dados pessoais;
3. Exemplos de dados pessoais são o nome, números de identificação (p. ex., n.º de contribuinte), a morada, o endereço de correio eletrónico, um endereço IP (Protocolo da Internet), dados de saúde, hábitos de consumo, entre muitos outros.

Responsável pelo tratamento de dados pessoais

A APM é responsável pelo tratamento dos dados pessoais elencados na presente Política de Privacidade, uma vez que decide quais os dados pessoais recolhidos, as finalidades para as quais são recolhidos e os meios de tratamento desses dados.

A “AYRES PEREIRA, MOUTINHO & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP RL” é uma sociedade civil de advogados, com escritórios na Rua de Sá da Bandeira 819, 1.º Esquerdo, 4000-438 Porto, Portugal e titular do Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) 510 766 030.

Titulares de dados pessoais

Os titulares dos dados pessoais recolhidos e tratados pela APM são pessoas singulares, não só clientes como indivíduos pertencentes ao público em geral.

Meios de recolha dos dados pessoais

1. A APM pode recolher dados pessoais tornados públicos pelos seus titulares, designadamente contactos relativos a representantes operacionais ou financeiros de instituições que beneficiem dos serviços prestados pela sociedade.

2. A APM também trata dados pessoais que lhe são fornecidos voluntariamente, como presencialmente, por telefone, correio eletrónico, pela via postal ou recorrendo ao envio de mensagens privadas através do *website* da sociedade.

2.1. Estes dados pessoais podem ser recolhidos quando uma pessoa singular entra em contacto com a APM para esclarecimento de questões relativas aos seus serviços.

2.2. Os dados pessoais podem chegar também ao conhecimento da APM através do envio espontâneo de um Curriculum Vitae (CV) pelo próprio titular para a sociedade.

3. O titular dos dados pessoais garante que os dados que comunica à APM são precisos e atualizados, comprometendo-se a notificar a sociedade de qualquer modificação aos mesmos.

Finalidades e fundamentos de utilização dos dados pessoais

A APM apenas trata os dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário para prosseguir os seus fins.

Estes dados são tratados com base nos seguintes fundamentos:

- Consentimento do titular dos dados;
- Necessidade dos dados para a execução de um contrato ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos mesmos;
- Necessidade dos dados para cumprimento de obrigações jurídicas;
- Necessidade dos dados para efeito dos interesses legítimos da sociedade, em caso de não prevalência de interesses, direitos ou liberdades fundamentais da pessoa singular.

São variadas as finalidades de tratamento dos dados pessoais:

Finalidades	Exemplos de dados pessoais recolhidos
--------------------	--

Gestão contabilística, fiscal e administrativa (nomeadamente, relações com fornecedores de bens e serviços)	<ul style="list-style-type: none"> • Nome; • NIF; • Endereço de correio eletrónico; • Morada.
Gestão de clientes e prestação de serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Nome; • Endereço de correio eletrónico; • Número de telefone / telemóvel; • Nome da organização cliente e cargo ocupado pelo colaborador; • Endereço da organização.
Envio de comunicações solicitadas (relativas, p. ex., à apresentação de um serviço)	<ul style="list-style-type: none"> • Nome; • Endereço de correio eletrónico; • Ramo / atividade.

Consentimento

O envio de comunicações solicitadas (relativas, p. ex., à apresentação de um serviço) depende do consentimento do titular dos dados.

Este consentimento pode ser manifestado através do preenchimento de espaços de contacto existentes no *website* da APM.

Alteração ou retirada do consentimento

O consentimento pode ser alterado ou retirado a qualquer momento pelo titular dos dados pessoais, com efeitos para o futuro.

Para retirar as suas declarações de consentimento, a pessoa singular poderá enviar um *email* para geral@apm-adv.org, indicando as suas novas preferências relativas ao consentimento. A última manifestação de vontade prevalecerá sobre as anteriores.

Após retirada do consentimento, o titular dos dados pessoais deixa de ser contactado e de receber comunicações da APM.

Proteção dos dados pessoais

A APM implementou medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição, a perda, a alteração, a divulgação, o acesso não autorizado ou qualquer outra forma de tratamento acidental ou ilícito.

Não pode, no entanto, garantir total proteção contra riscos de segurança indesejados.

Websites, serviços e aplicações de terceiros

O *website* da APM pode conter *links* (hiperligações) para *websites*, serviços e aplicações de terceiros, que não são abrangidos por esta Política de Privacidade.

A APM não pode ser responsabilizada, em circunstância alguma, pelo conteúdo, exatidão, veracidade ou legitimidade desses *websites*, serviços e aplicações, nem pela má utilização dos dados recolhidos ou tratados por intermédio dos mesmos.

A APM alerta os seus clientes e o público em geral para este facto e para a necessidade de, antes de utilizarem tais *websites*, serviços e aplicações, lerem atentamente as regras relativas ao tratamento de dados pessoais definidas por esses terceiros.

Período de conservação de dados pessoais

Os dados pessoais recolhidos pela APM são conservados apenas durante o período de tempo necessário para as finalidades para as quais são tratados. Os dados pessoais podem ser conservados durante períodos de tempo mais longos, sob certas condições legalmente previstas.

Uma vez atingido o prazo máximo de conservação, os dados pessoais serão anonimizados ou destruídos de forma segura, sempre que os mesmos não devam ser conservados para finalidades distintas que possam subsistir.

Comunicação e partilha de dados pessoais

1. A APM pode transmitir os dados pessoais recolhidos a determinados subcontratantes, para que estes os tratem por conta da sociedade.

Exemplos de subcontratantes:

- Prestadores de serviços de contabilidade.

Nestes casos, a sociedade tomará as medidas contratuais necessárias para garantir que os subcontratantes respeitam e protegem os dados pessoais, mantendo tais informações confidenciais.

2. Os dados pessoais podem também ser transmitidos a entidades distintas da APM e dos seus subcontratantes.

Exemplos:

- Entidades a quem os dados devam ser comunicados, a pedido ou com o consentimento do titular dos dados;
- Entidades a quem os dados tenham de ser comunicados por força de uma obrigação legal, como a Autoridade Tributária e Aduaneira, os tribunais ou as forças de segurança (p. ex., no âmbito de um processo judicial ou de investigações de atividades suspeitas).

Fora estes casos, a APM não vende nem transfere dados pessoais para outros terceiros.

Transferência de dados para países terceiros

A APM tem sede em Portugal.

Os dados pessoais tratados pela sociedade podem ser acedidos pelos seus subcontratantes, localizados dentro ou fora da UE, para as finalidades acima descritas.

A APM garante que os dados pessoais exportados serão tratados de acordo com medidas de segurança apropriadas, não comprometendo o nível de proteção das pessoas singulares garantido pela legislação europeia.

Direitos do titular de dados pessoais

A APM garante a defesa de todos os direitos dos titulares relativos à proteção dos seus dados pessoais, de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27.04.2016).

São direitos do titular de dados pessoais, nomeadamente:

- O direito a ser informado sobre o tratamento de dados efetuado;
- O direito de acesso aos dados pessoais;
- O direito de retificação dos dados;
- O direito de alteração ou de retirada do consentimento;
- O direito ao apagamento dos dados (“direito a ser esquecido”);
- O direito à limitação do tratamento;
- O direito de oposição ao tratamento dos dados;
- O direito à portabilidade dos dados, isto é, a receber os dados pessoais que lhe dizem respeito e a transmiti-los facilmente a outro responsável pelo tratamento, se assim o desejar;
- O direito de apresentar uma queixa junto da autoridade nacional de controlo.

Existem exceções e ressalvas quanto ao exercício destes direitos.

Exercício dos direitos pelo titular de dados pessoais

O exercício dos direitos do titular dos dados pessoais é gratuito, exceto se se tratar de um pedido manifestamente infundado ou excessivo, caso em que poderá ser cobrada uma taxa razoável, tendo em conta os custos incorridos.

Caso o titular dos dados pessoais exerça algum dos seus direitos, a APM procede à respetiva análise e responde, previsivelmente, dentro de 1 (um) mês.

As informações são prestadas por escrito, podendo também ser prestadas oralmente, se o titular o solicitar. A APM verifica a identidade do titular dos dados antes de responder às suas solicitações.

O titular dos dados pessoais pode exercer os seus direitos através dos seguintes meios:

- Envio de *email* para: geral@apm-adv.org;
- Telefonema para: (+351) 222 000 358 | (+351) 222 007 494;
- Comunicação via postal para:

AYRES PEREIRA, MOUTNHO & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP RL
Rua de Sá da Bandeira 819 1.º Esquerdo
4000-438 Porto, Portugal

Direito de apresentar uma queixa junto da autoridade nacional de controlo

O titular dos dados pessoais tem o direito de apresentar reclamações junto da autoridade de controlo, quando insatisfeito quanto à forma como os seus dados pessoais são tratados.

Em Portugal, esta entidade é a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

CNPd | Contactos

Morada: Av. D. Carlos I, 134, 1.º, 1200-651 Lisboa

Telefone: (+351) 213 928 400

Fax: (+351) 213 976 832

Email: geral@cnpd.pt

Formulário de apresentação de queixas/reclamações disponível em:
<https://www.cnpd.pt/cidadaos/participacoes/>

Conselhos úteis para a proteção de dados pessoais pelo titular

A APM aconselha:

- A não inclusão de dados pessoais, confidenciais e/ou sensíveis, nas comunicações que lhe são enviadas (p. ex.: n.ºs de cartões de crédito);
- A prudência na exposição dos dados pessoais e na circulação desses dados pela Internet;
- A não navegação em *websites* de reputação duvidosa;
- O controlo do envio de dados pessoais pelos menores, pelos pais ou responsáveis legais dos mesmos.

A APM não se responsabiliza por dados pessoais ou outras informações não solicitadas que lhe sejam enviadas por *email*, em fóruns, áreas de comentários ou qualquer outra área pública acessível que administra ou gere, apagando-os, como norma, na medida em que não sejam adequados, pertinentes e limitados aos fins legítimos por si prosseguidos.

Alterações à Política de Privacidade

A APM reserva-se o direito de atualizar a sua Política de Privacidade a qualquer momento, sem aviso prévio, nomeadamente por motivos de segurança, em função de novas exigências legais ou recomendações da autoridade de controlo em matéria de proteção de dados.

A Política de Privacidade atualizada encontra-se disponível no *website* da APM.

O uso continuado do *website*, dos recursos e serviços oferecidos pela APM será entendido como uma manifestação de concordância com esta Política de Privacidade.

A versão de Política de Privacidade atualmente em vigor foi publicada a 26 de junho de 2022.

Contactar a APM

Para mais questões sobre a Política de Privacidade e o tratamento de dados pessoais realizado pela APM, pode contactar os seus serviços através dos seguintes meios:

- Envio de *email* para: geral@apm-adv.org;
- Telefonema para: (+351) 222 000 358 | (+351) 222 007 494;
- Comunicação via postal para:

Rua de Sá da Bandeira 819 1.º Esquerdo
4000-438 Porto, Portugal